

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO SEMESTRE 2021

ÍNDICE

Item	Página
1. INTRODUÇÃO	4
1.1. OBJETIVO	4
1.2. METODOLOGIA	4
1.3. FATOS RELEVANTES	4
2. INVESTIMENTOS	6
2.1. GESTÃO DOS RECURSOS.....	6
2.1.1. Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade	6
2.1.2. Distribuição dos Recursos de Investimentos.....	7
2.2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DE INVESTIMENTOS	9
2.2.1. Alocação e Concentração	10
2.2.2. Risco de Mercado	12
2.2.3. Risco de Crédito	13
2.3. RENTABILIDADE.....	16
2.3.1. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos condominiais.....	16
2.3.2. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos.....	17
2.3.3. Rentabilidade das cotas por perfil e por plano.....	17
2.4. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES.....	18
3. ATUARIAL.....	19
3.1. PATRIMÔNIO SOCIAL.....	19
3.1.1. Evolução do Patrimônio Social.....	19
3.1.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano.....	19
3.1.3. Solvência	20
3.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	21
3.2.1. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais.....	21
3.2.2. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento.....	21
3.2.3. Equilíbrio Técnico.....	22
3.2.4. Plano de Custeio.....	23
3.2.5. Destinação de Superávit	24
3.3. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES.....	25
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	26
4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS ORÇADOS VERSUS REALIZADOS.....	26
4.1.1. Gestão Previdencial.....	26
4.1.2. Gestão Administrativa.....	26

4.2.	INDICADORES DE GESTÃO.....	27
4.3.	COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES.....	28
5.	GESTÃO DA ENTIDADE.....	29
5.1.	ESTRUTURA DA ENTIDADE	29
5.2.	CERTIFICAÇÕES.....	29
5.2.1.	Qualificação	31
5.3.	GOVERNANÇA	32
5.4.	AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	33
5.5.	<i>COMPLIANCE</i>	33
5.6.	COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES.....	33
6.	RESUMO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL...35	
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
8.	ANEXOS	38

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO

O principal objetivo do Conselho Fiscal da **Value Prev Sociedade Previdenciária**, doravante denominada Entidade, na elaboração do presente Relatório é apresentar os resultados dos exames efetuados, incluindo a aderência da gestão dos recursos dos planos administrados pela Entidade às normas em vigor e às políticas de investimentos, a aderência das hipóteses atuariais e a execução orçamentária no primeiro semestre de 2021, em observância às disposições legais, em especial o art. 19º da Resolução CGPC nº 13, de 1/10/2004.

1.2. METODOLOGIA

Para realização dos exames e elaboração do presente relatório foi adotada a seguinte metodologia: (a) reuniões; (b) análise de documentos, (c) obtenção de informações com os colaboradores e dirigentes da Entidade, e (d) observância das normas vigentes.

1.2.1. FATOS RELEVANTES

a) Novo Gestor de Investimentos

Seguindo as principais práticas de governança relacionados à gestão dos recursos administrados pela Entidade, e em linha com a Política de Investimentos e o Manual de Investimentos, foi aprovada em janeiro de 2021, a contratação de um novo gestor de investimentos MOAT CAPITAL GESTORA DE RECURSOS e do fundo de investimentos MOAT CAPITAL EQUITY HEDGE FI FIM com primeiro aporte em fevereiro.

b) Aprovação da Fase I do projeto de Transformação Digital da Value Prev

Durante a reunião de 13 de abril de 2021 do Conselho Deliberativo foi aprovada por unanimidade as soluções apresentadas pela consultoria DBSERVER para a implantação da Fase I do Projeto de Transformação Digital da Value Prev.

c) Contratação de Consultoria de Investimento para a Value Prev

Durante a reunião de 22 de abril de 2021 do Conselho Deliberativo foi aprovada por unanimidade a contratação da empresa PPS - Portfólio Performance para prestação de serviços de consultoria de investimentos para a Entidade.

d) Webinars realizados em Abril, Maio e Junho

Com o objetivo de informar e estreitar a comunicação com seus Participantes, apoiando-os em suas decisões financeiras e na condução do seu planejamento, foram realizados webinars com foco principalmente no Plano +Valor.

e) Projeto LGPD

Dando continuidade ao projeto de implementação e adequação dos controles e processos, para atender às exigências da LGPD, a Entidade seguiu trabalhando e durante o primeiro semestre manteve o foco na 2ª fase do projeto (Planejamento, Implantação das recomendações, Mapeamento de dados, Revisão de contratos e demais instrumentos formais). O projeto foi dividido em três fases e sua finalização está prevista para o final de 2021.

f) Instrução Normativa PREVIC nº 34 de 28/10/2020 - Prevenção da utilização do regime para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo

A Entidade segue atenta às novas regulamentações e tem trabalhado na adequação e desenvolvimento de novos controles, para atender às exigências da IN PREVIC nº 34/2020. Durante o primeiro semestre de 2021 concluiu a 1ª fase do projeto (Elaboração da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo) para implementação e adequação dos controles para atender as exigências da Instrução. O projeto foi dividido em três fases e sua finalização está prevista para junho de 2022.

2. INVESTIMENTOS

2.1. GESTÃO DOS RECURSOS

A Resolução CMN nº 4.661/2018, de 25 de maio de 2018, estabelece que a EFPC na aplicação de seu recurso deve: observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência; exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência; zelar por elevados padrões éticos e executar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços relacionados à gestão de ativos.

Além de adotar práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios, considerando, inclusive, as políticas de investimento estabelecidas, observadas as modalidades, segmentos, limites e demais critérios e requisitos estabelecidos no referido normativo, a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos.

2.1.1. Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 e demais normativos, os recursos garantidores citados nesta mesma resolução se referem às aplicações dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos administrados, representados pelo total dos investimentos somado com o disponível menos suas exigibilidades, que já estão comprometidas com as exigências relacionadas ao disponível e ao investimento (operacional e contingencial, itens do balancete 2.1.3 e 2.2.3).

Ao final do primeiro semestre de 2021 a Entidade administrava cerca de R\$ 1.446 milhões distribuídos entre os **Planos de Benefícios HP, DXC e +Valor e Plano de Gestão Administrativa - PGA**. Quando comparado com a posição do semestre anterior percebemos um crescimento de 1% o equivalente a aproximadamente R\$ 9 milhões.

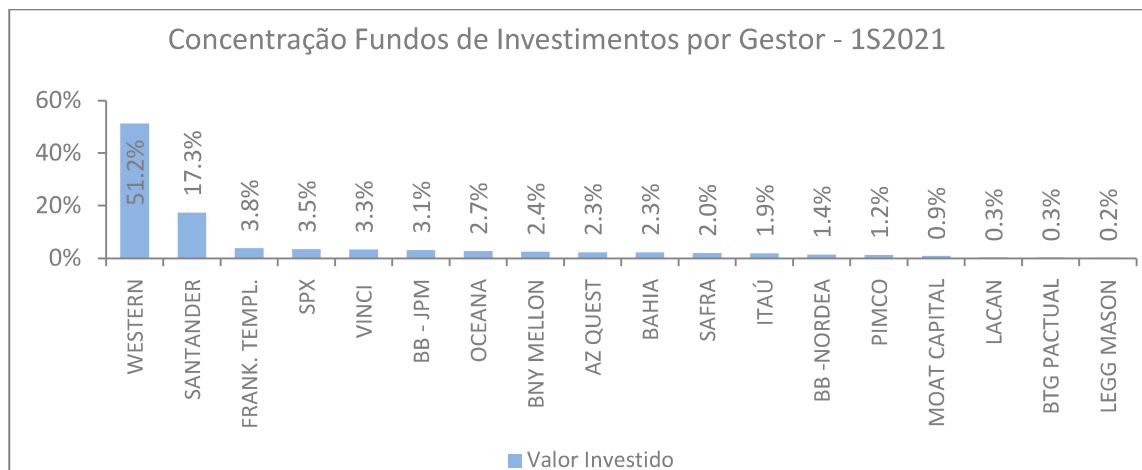
RECURSOS GARANTIDORES - VALUE PREV - 1S2021						
Recurso	Posição 2S2020		Posição 1S2021		Variação	
	R\$	%	R\$	%		
Plano de Aposentadoria - HP	1.129.723.939	78,65%	1.093.639.630	75,65%	-3%	
Plano de Aposentadoria - DXC	274.399.138	19,10%	279.894.238	19,36%	2%	
Plano de Aposentadoria - +VALOR	24.271.103	1,69%	68.581.839	4,74%	183%	
Plano de Gestão Administrativa - PGA	3.744.516	0,26%	3.494.152	0,24%	-7%	
Investimentos	1.432.138.697	-	1.445.609.860	-	1%	
Disponível	5.924.349	0,41%	358.100	0,02%	-94%	
Exigível Operacional	(513.720)	-0,04%	(376.723)	-0,03%	-27%	
Exigível Contingencial	(1.090.064)	-0,08%	-	0,00%	-100%	
Recursos Garantidores	1.436.459.262	100%	1.445.591.237	100%	1%	

Fonte: Balancete Consolidado - 12.2020 e 06.2021 - Value Prev

2.1.2. Distribuição dos Recursos de Investimentos

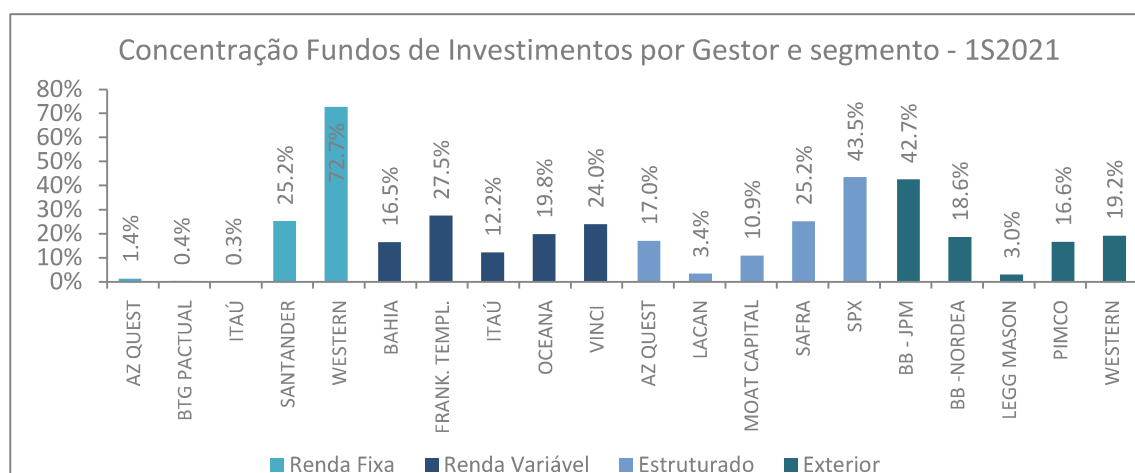
A gestão dos recursos dos Plano de Benefícios HP, DXC e +Valor é realizada por gestores terceirizados, por meio de fundos de investimentos (exclusivos e condominiais), de acordo com a Política de Investimentos, mandatos e orientações do estudo ALM - *Asset Liability Management ou Cash Flow Matching*, utilizado para atender à parcela de renda vitalícia do plano de benefícios, com apoio do administrador fiduciário e da consultoria de investimentos para monitoramento e acompanhamento das carteiras, além de demais situações definidas na Política de Investimentos e Manual de Investimentos realizadas pela Diretoria Executiva com deliberação do Conselho Deliberativo.

Ao final do primeiro semestre de 2021 os recursos de investimentos, na posição consolidada, estavam distribuídos entre títulos públicos e vinte e dois fundos de investimentos, administrados por dezoito gestores. Sendo que o gestor Western Asset concentrava cerca de 51,2% do total dos recursos investidos seguido do Santander com 17,3%.



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 06.2021

Segundo a Entidade a concentração dos recursos no gestor Western Asset se dá devido a elevada alocação em títulos de renda fixa, pelos planos de benefícios, e este ser considerado um dos melhores gestores do mercado nesse tipo de ativo o que traz bons resultados aos planos em relação aos seus *benchmarks*.



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 06.2021

Dos vinte e três fundos de investimentos um deles (Moat Capital) recebeu seu primeiro aporte durante o primeiro semestre.

RECURSOS DE INVESTIMENTOS - VALUE PREV - 1S2021						
Recurso	Consolidado Posição 2S2020		Consolidado Posição 1S2021		Variação %	Gestor
	R\$	%	R\$	%		
Títulos Públicos	33.646.498	2,3%	35.107.776	2,4%	4%	BNY MELLON
Fundos de Investimentos	1.397.402.135	97,3%	1.410.502.084	97,6%	1%	-
Renda Fixa	1.022.809.586	71,2%	990.405.485	68,5%	-3%	-
FI MULTIMERCADO VALUE PREV CMA I	286.715.276	20,0%	250.054.221	17,3%	-13%	SANTANDER
FI RF CRÉDITO PRIVADO VALUE PREV CMA III	577.429.169	40,2%	601.468.293	41,6%	4%	WESTERN
FI RF CRÉDITO PRIVADO VALUE PREV SC III	132.590.411	9,2%	117.816.876	8,2%	-11%	WESTERN
AZ QUEST LUCE FI EM COTAS DE FI RF CP LP	11.976.813	0,8%	13.561.161	0,9%	13%	AZ QUEST
BTG PACTUAL INFRA-B FI EM INFRAESTRUTURA RF	4.923.914	0,3%	3.741.653	0,3%	-24%	BTG PACTUAL
ITAÚ SOBERANO RF	8.140.688	0,6%	2.742.543	0,2%	-66%	ITAÚ
WESTERN ASSET IMA-B5 RF	1.033.316	0,1%	1.020.738	0,1%	-1%	WESTERN
Renda Variável	204.014.107	14,2%	199.761.872	13,8%	-2%	-
BAHIA AM SMID CAPS VALOR FI EM COTAS DE FIA	31.017.539	2,2%	32.974.975	2,3%	6%	BAHIA
FIA VALUE PREV IBRX ATIVO	67.302.547	4,7%	54.961.458	3,8%	-18%	FRANK. TEMPL.
VINCI SELECTION EQUITIES FIA	42.302.069	2,9%	47.939.804	3,3%	13%	VINCI
ITAÚ PRIVATE AÇÕES INDEX IBOV. FI EM COTAS DE FI	27.458.671	1,9%	24.409.585	1,7%	-11%	ITAÚ
OCEANA VALOR 30 FI EM COTAS DE FIA	35.933.281	2,5%	39.476.050	2,7%	10%	OCEANA
Estruturado	76.769.139	5,3%	114.979.696	8,0%	50%	-
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FI EM COTAS DE FIM	45.676.012	3,2%	50.065.871	3,5%	10%	SPX
SAFRA GALILEO INSTITUCIONAL FI EM COTAS DE FIM	12.188.073	0,8%	28.972.607	2,0%	138%	SAFRA
LACAN FLORESTAL III FEEDER FI EM PARTIC. MULTITEST.	3.547.458	0,2%	3.927.366	0,3%	11%	LACAN
AZ QUEST MULTI MAX FI EM COTAS DE FIM	15.357.596	1,1%	19.519.885	1,4%	27%	AZ QUEST
MOAT CAPITAL EQUITY HEDGE FI FIM	-	0,0%	12.493.966	0,9%	100%	MOAT CAPITAL
Exterior	93.809.302	6,5%	105.355.031	7,3%	12%	-
BB MULT. GLOBAL SELECT EQUITY IEX FI - JP	35.867.427	2,5%	44.946.759	3,1%	25%	BB - JPM
BB MULT. NORDEA IEX FI	17.873.705	1,2%	19.586.553	1,4%	10%	BB - NORDEA
LEGG MASON RARE INFRASTRUCTURE VALUE FIA IEX	2.937.153	0,2%	3.131.148	0,2%	7%	LEGG MASON
PIMCO INCOME FIM IEX	16.897.471	1,2%	17.457.026	1,2%	3%	PIMCO
WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM IEX	20.233.547	1,4%	20.233.546	1,4%	0%	WESTERN
Depósitos Judiciais / Recursais	1.090.064	0,1%	-	0,0%	-100%	-
Investimentos	1.432.138.697	-	1.445.609.860	-	1%	-

Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Carteira Diária de 06.2021

Analisando as variações das alocações dos fundos de investimentos, com foco nos percentuais, percebemos que os fundos que tiveram as maiores variações, em relação ao semestre anterior foram o ITAÚ SOBERANO RF, com diminuição de 66% e o SAFRA GALILEO INSTITUCIONAL FI EM COTAS DE FIM com aumento de 138%. As variações de alocações entre os fundos de investimentos está dentro da esperada e faz parte das estratégias de investimentos da Entidade.

2.2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 a EFPC deve adotar regras, procedimentos e controles internos que garantam a observância dos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas no referido normativo, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado.

Além disso, deve definir a Política de Investimento para a alocação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrado e cada uma deve conter definições como: a alocação de recursos; os limites por segmento de aplicação; os limites por modalidade de investimento; os limites por emissor; a utilização de instrumentos derivativos. Assim como, os procedimentos e critérios para a avaliação e acompanhamento dos riscos de investimentos.

Para atender aos requisitos de enquadramento da Resolução CMN nº 4.661/2018, demais legislações e Políticas de Investimentos, a Entidade conta com o serviço de administração fiduciária e custódia centralizada. Uma de suas funções é impedir a aplicação de fundos exclusivos em ativos não autorizados pela legislação, pelo regulamento do fundo e pelas Políticas de Investimentos, ou que levem a extrapolação de qualquer dos limites descritos nestes documentos.

A Entidade monitora estas aplicações por meio de relatórios fornecidos pelo Administrador Fiduciário e é alertada sempre que ocorrer qualquer desenquadramento. Procura-se evitar desenquadramentos e avaliar as razões sempre que possam ocorrer para que seja determinado um plano de ação.

As Políticas de Investimentos vigentes no ano de 2021 estavam adequadas aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018.

Contudo, durante as análises encontramos a seguinte situação nas Políticas de Investimentos dos planos de benefícios HP e DXC: nas duas Políticas na tabela do item 7.4 - Perfil Agressivo, subitem 7.4.1 Alocação por Segmento, está definido o limite de 13%

para o segmento de investimentos no exterior, porém o limite máximo permitido pela legislação, para este segmento, é de 10%.

Segundo a Entidade, essa situação trata-se de um erro de digitação no momento da elaboração da tabela, haja vista, que o limite utilizado nos seus relatórios gerenciais, é o permitido pela legislação, ou seja, 10%. Além disso, em nenhum dos meses, do primeiro semestre, o limite de 10% para o segmento de investimentos no exterior foi ultrapassado.

A seguir foram analisados os principais enquadramentos e acompanhamento dos riscos e uma demonstração da alocação dos recursos para os diversos ativos.

2.2.1. Alocação e Concentração

As alocações dos recursos são direcionadas de acordo com a Política de Investimentos, elaborada levando em consideração a modalidade do plano, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico.

Os limites de alocação e concentração foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios fornecidos, mensalmente, pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM. O quadro abaixo demonstra os limites de alocação e concentração, para visualização da conformidade com os limites legais e Políticas de Investimentos.

Sendo assim, ao final do semestre os recursos garantidores da Entidade estavam distribuídos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, estruturado e exterior de acordo com as classificações da Resolução CMN nº 4.661/2018.

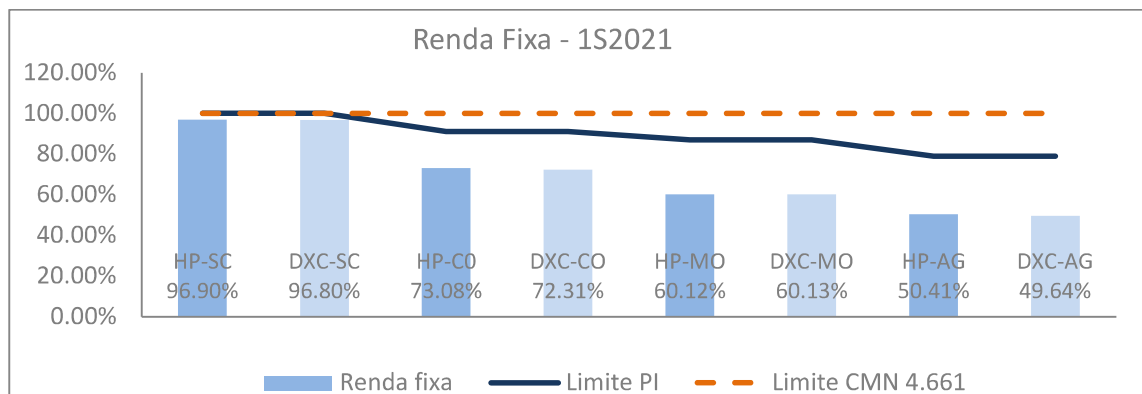
ALOCAÇÃO E CONCENTRAÇÃO - POR SEGMENTO – PLANOS - 1S2021				
Segmento de Aplicação	Lim. Legal	HP	DXC	+Valor
		Posição 1S2021 %	Posição 1S2021 %	Posição 1S2021 %
Renda fixa	100%	71,89%	66,69%	70,86%
Renda variável	70%	13,49%	15,41%	11,20%
Estruturado	20%	7,35%	9,85%	10,16%
Exterior	10%	7,13%	7,91%	7,64%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 06.2021

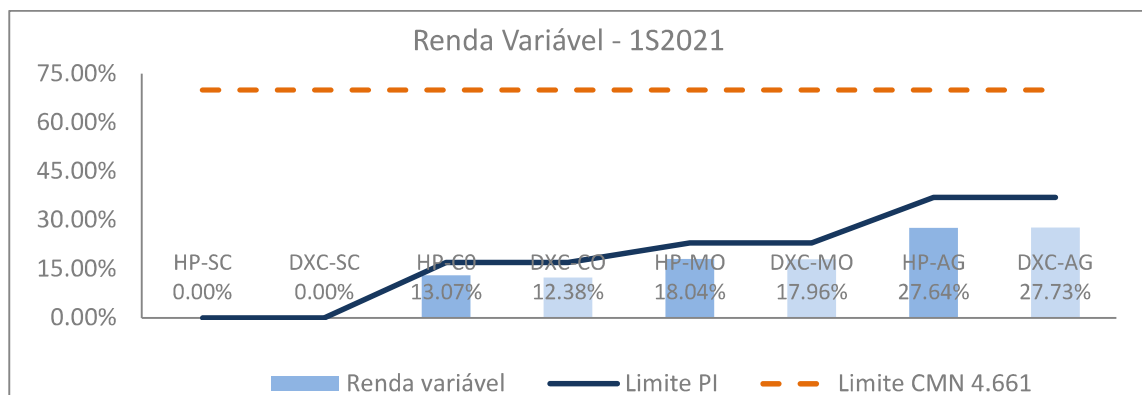
Analisando os relatórios mensais de enquadramento, sintéticos e analíticos, fornecido pelo Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM, constatamos que não houve desenquadramentos em relação aos limites de alocação e concentração por segmento ou por veículo de investimento, assim como por emissor e derivativo - Art.21 a 28 e Art. 30 da

Resolução CMN nº 4.661/2018. Além disso, foram analisados os códigos ISINs dos títulos e valores mobiliários, conforme Art. 18 da Resolução CMN nº 4.661 e as vedações previstas Art. 36 do mesmo normativo. Nos limites específicos estabelecidos na Política de Investimentos houve desenquadramentos em relação aos limites de créditos, no plano HP e no PGA, e estes serão acompanhados no item 2.2.3 deste relatório.

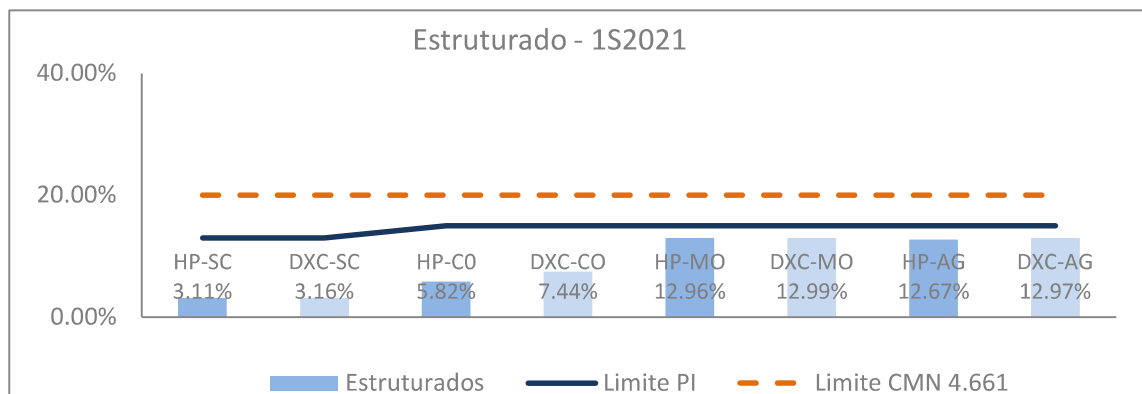
Além disso, são acompanhados os enquadramentos por perfil de acordo com quadro a seguir:



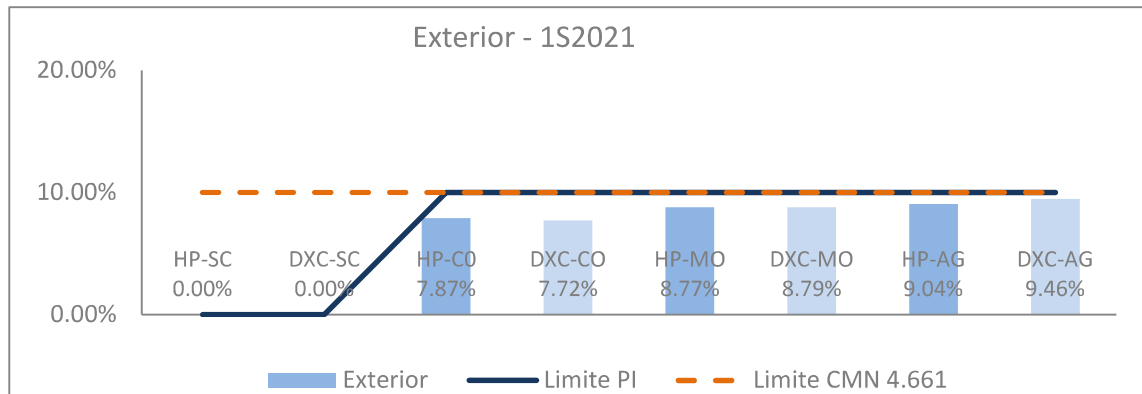
Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 06.2021



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 06.2021



Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 06.2021



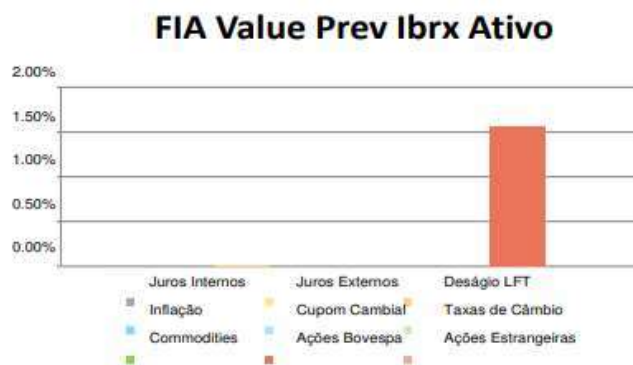
Fonte: Administrador Fiduciário BNY Mellon DTVM - Relatório Enquadramento de 06.2021

Durante o primeiro semestre de 2021, não foram identificados desenquadramentos nos perfis Super Conservador, Conservador e Agressivo em nenhum dos segmentos e planos. O perfil Moderado apresentou desenquadramento passivo no segmento Exterior dos planos HP e DXC, muito em função dos fundos sem hedge cambial. Nesse segmento a exposição foi reduzida a partir de abril, reenquadrando o segmento.

2.2.2. Risco de Mercado

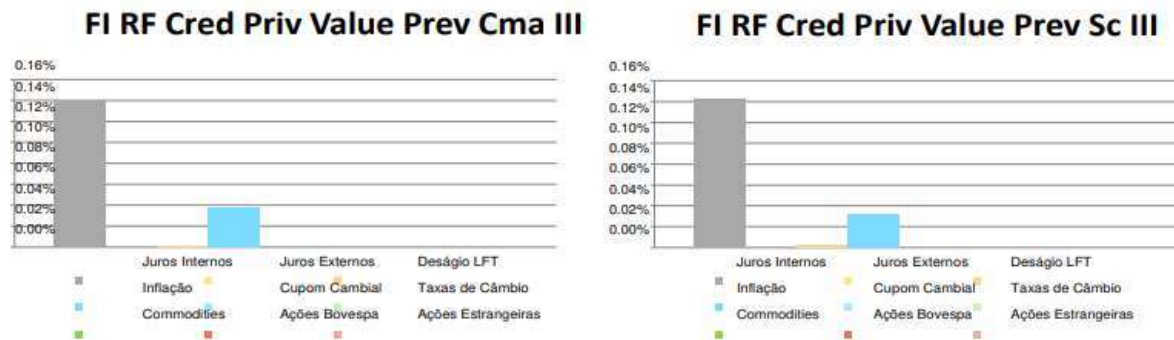
De acordo com o acompanhamento de risco de mercado realizado mensalmente pelo administrador fiduciário BNY Mellon DTVM e conforme os limites definidos na Política de Investimentos, não houve desenquadramento durante o primeiro semestre de 2021.

O Fundo de Investimento em Ações Value Prev IBRX Ativo é um fundo de ações cujo fator de risco é Ibovespa com risco abaixo de 2,0%, em junho de 2021 e risco apurado por *tracking error* de 1,15% valor este abaixo do limite de 8% da Política de Investimentos.



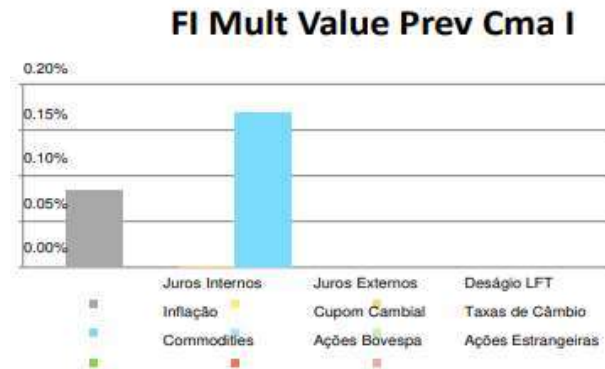
Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance - 06.2021 - BNY MELLON

Os fundos FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev CMA III e FI Renda Fixa Crédito Privado Value Prev SC III são fundos com riscos abaixo de 0,02% em junho de 2021.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance - 06.2021 - BNY MELLON

O fundo F.I. Multimercado Crédito Privado Value Prev CMA I é um fundo com risco pouco acima de 0,15% em junho de 2021.



Fonte: Relatório Mensal // Risco // Performance - 06.2021 - BNY MELLON

2.2.3. Risco de Crédito

O controle do risco de crédito se baseará nas classificações de *rating* proferidas pelas agências de *rating* autorizadas a funcionar no Brasil, conforme classificação abaixo, na data da respectiva aquisição. Caso mais de uma agência classifique o mesmo ativo ou emissor, deverá ser considerado o rating mais conservador.

Nível de Risco Considerado	Rating
Baixo	De AAA a AA-
Médio	De A+ a BBB-
Alto	De BBB- ao mínimo

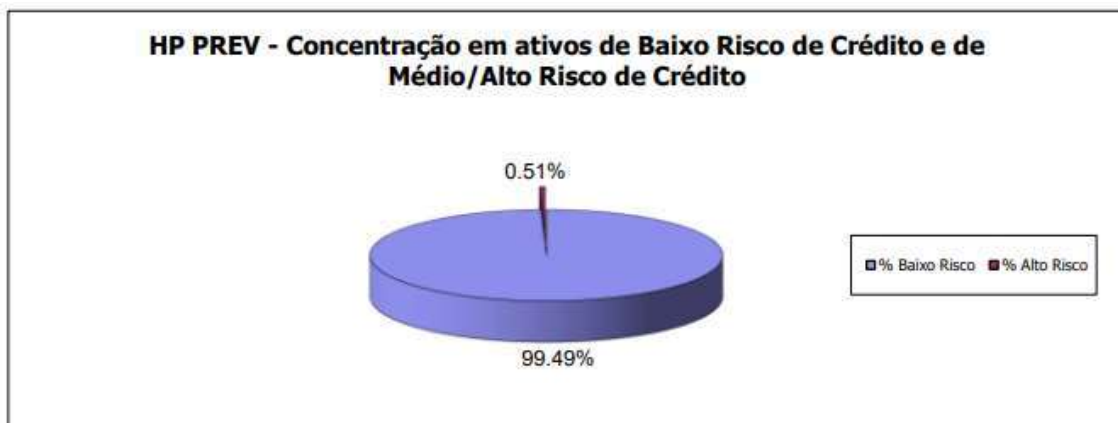
Fonte: Pis Planos de Benefícios 2021 - Value Prev

A alocação em títulos com risco de crédito é monitorada com base nos seguintes limites:

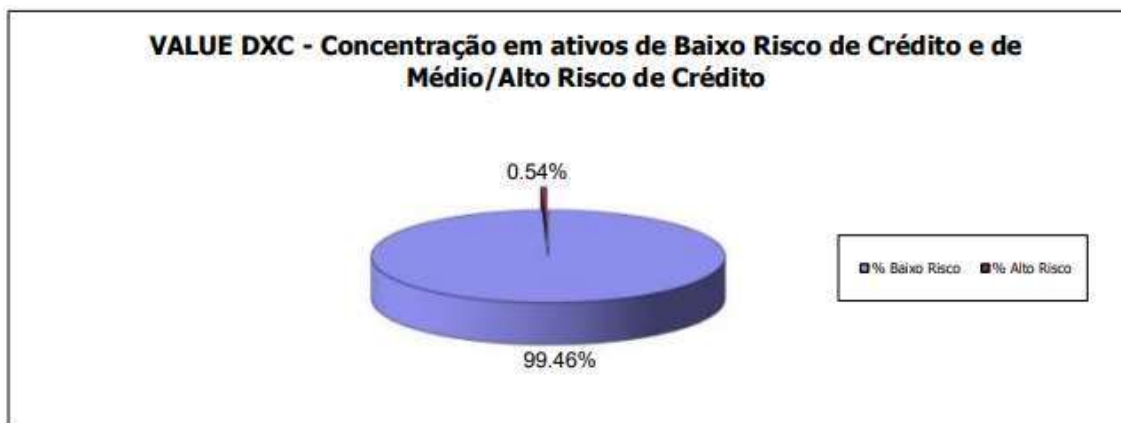
- Fundos Exclusivos: só é permitido aplicar em ativos privados considerados de baixo ou médio risco de crédito e cuja classificação de risco seja realizada por uma das seguintes agências: Standard&Poor's, Fitch Ratings, Moody's e SR Rating.
- Fundos Condominiais: dado que esses fundos não possuem restrições de agências determinadas em seu Regulamento, não há restrição por classificação de *rating* dos

ativos em carteira. No entanto, a Entidade observará os tipos de ativos investidos e as qualificações julgadas necessárias da empresa gestora antes do investimento.

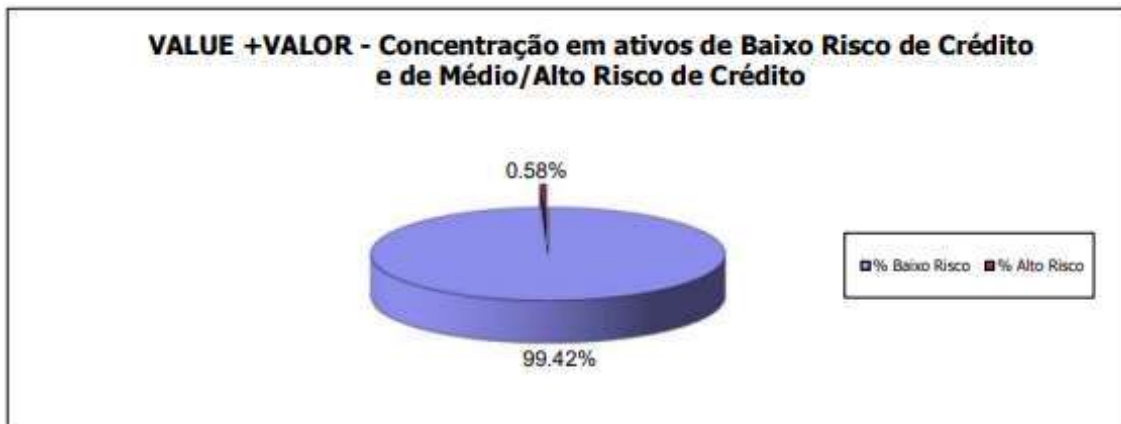
Ao final do primeiro semestre de 2021 a Entidade estava com 0,51%, 0,54% e 0,58% de concentração em ativos de alto risco de crédito, nos planos de benefícios HP, DXC e + Valor, respectivamente.



Fonte: Relatório de Enquadramento por Rating +Valor - 06.2021- BNY MELLON



Fonte: Relatório de Enquadramento por Rating DXC - 06.2021- BNY MELLON



Fonte: Relatório de Enquadramento por Rating HP PREV - 06.2021- BNY MELLON

Os ativos que ficaram classificados como alto risco de crédito, segundo o relatório Acompanhamento de Risco de Crédito, emitido pela consultoria PPS, foram Restoque, International Meal, Termelétrica Pernambuco III, AEGEA e Light Serviços Eletricidade.

Na ocasião da aquisição dos ativos da Restoque, International Meal e Termelétrica Pernambuco III, todos foram classificados como de baixo risco, tendo o rebaixamento ocorrido posteriormente. Por decisão da Entidade e conforme previsto nas Políticas de Investimentos e na Resolução CMN nº 4.661/2018, em que pese que os desenquadramentos passivos devem ser regularizados dentro do prazo de 2 (dois) anos, os ativos permanecerão nas carteiras dos fundos até o vencimento dos mesmos não caracterizando desenquadramento ativo.

Os ativos da AEGEA adquirido em 05/02/2021 e da LIGHT SERVIÇOS ELETRICIDADE, adquiridos em 07, 18 e 21/06/21, pelo fundo de investimentos AZ Quest Luce Master, estavam sem notas de *rating* no momento aquisição, segundo o relatório da PPS, classificando-os como ativos de alto risco de crédito, ou grau especulativo. Contudo, conforme as Políticas de Investimentos, para os fundos de investimentos condominiais não há restrição por classificação de *rating* dos ativos em carteira, dado que esses fundos não possuem restrições de agências determinadas em seu Regulamento. Nesse caso a Entidade fará o monitoramento desses ativos no segundo semestre para avaliar se serão necessárias ações.

Além disso, analisando o relatório foi encontrado o ativo RESTOQUE com data de aquisição de 03/03/21, no fundo de investimentos FIRF CRED PREIV VALUEPREV SC III. *Segundo o gestor Western informou que houve a divulgação de Fato Relevante em 28/09/20, no qual a Companhia comunicou a homologação do plano de recuperação extrajudicial e que nos meses seguintes daria seguimento a implementação do acordo. "As novas debêntures, que terão vencimento em 2025 e início da amortização em 2023, serão recebidas por todos os credores financeiros em substituição, mediante novação, aos créditos por eles detidos em relação à Companhia e serão valores mobiliários livremente negociáveis no mercado, constituindo passivo de longo prazo regular da Companhia". No Fato Relevante de 05/03/2021 é comunicado a conclusão deste processo.*

Nos relatórios de Enquadramento do BNY Mellon, foram apontados, também, desenquadramentos com relação ao risco de crédito no PGA, nos meses de janeiro, fevereiro, março e junho, com 0,63%, 0,02%, 0,02% e 0,30%, respectivamente, situação ocasionada por conta da alocação nos ativos de alto risco de crédito pelo fundo de

investimentos AZ Quest Luce Master. A Entidade fará o monitoramento dessa situação no segundo semestre.

2.3. RENTABILIDADE

A partir dos relatórios produzidos pelo administrador fiduciário BNY Mellon, podemos verificar a rentabilidade líquida da cota dos fundos exclusivos e dos fundos condominiais por gestor contratado, além das rentabilidades apuradas por perfil de investimento.

2.3.1. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos condominiais

FUNDO	LEGG MASON	SAFRA GALILEO	AZ QUEST LUCE	AZ QUEST MULTI	MOAT CAPITAL	WA OPPORT.	SPX NIMITZ	ITAÚ SOBERANO	PIMCO	CDI
jan/21	-2,14%	-1,68%	0,38%	-2,10%	-	-2,52%	-0,67%	0,17%	0,42%	0,15%
fev/21	-1,60%	-0,47%	0,61%	-1,18%	-0,20%	-3,31%	5,43%	0,09%	-0,38%	0,13%
mar/21	7,66%	0,53%	0,49%	1,79%	1,79%	-3,16%	2,57%	0,16%	0,02%	0,20%
abr/21	1,48%	1,13%	0,36%	0,47%	-1,05%	3,79%	-0,06%	0,13%	1,18%	0,21%
mai/21	0,14%	0,37%	0,38%	1,63%	2,46%	1,59%	-0,58%	0,29%	0,74%	0,27%
jun/21	1,19%	0,89%	0,50%	1,20%	0,48%	2,79%	0,30%	0,31%	0,60%	0,31%
1S2021	6,61%	0,75%	2,75%	1,76%	3,49%	-1,07%	7,05%	1,16%	2,60%	1,28%

Fonte: Quantum

FUNDO	WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO	IMA-B5	OCEANA	IBRX-100	BAHIA	SMLL	BB NORDEA	MSCI	BTG INFRA B	IPCA +6%
jan/21	-0,66%	0,11%	-3,91%	-3,03%	-1,82%	-3,43%	6,32%	4,26%	1,29%	0,74%
fev/21	-1,51%	-0,60%	-4,47%	-3,45%	-0,07%	-1,84%	3,76%	3,47%	0,75%	1,35%
mar/21	-0,36%	0,34%	8,40%	6,04%	1,95%	4,56%	6,94%	6,22%	1,66%	1,42%
abr/21	1,07%	0,87%	2,56%	2,84%	7,45%	4,38%	-1,29%	-0,87%	0,93%	0,95%
mai/21	0,54%	0,69%	6,18%	5,92%	0,64%	6,32%	-0,65%	-1,95%	0,98%	1,32%
jun/21	-0,28%	-0,13%	1,39%	0,63%	-1,72%	1,29%	-5,29%	-3,06%	1,22%	1,02%
1S2021	-1,21%	1,28%	9,87%	8,82%	6,30%	11,41%	9,57%	7,97%	7,03%	6,99%

Fonte: Quantum

FUNDO	VINCI SELECTION	ITAÚ PRIVATE	IBOVESPA FECHAMENTO	LACAN FLORESTAL	IPCA +8%	BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY	MSCI+3%
jan/21	-3,33%	-3,33%	-3,32%	-0,50%	0,90%	4,90%	4,52%
fev/21	-3,90%	-4,38%	-4,37%	22,98%	1,51%	6,15%	3,73%
mar/21	4,96%	6,00%	6,00%	-0,52%	1,58%	3,86%	6,48%
abr/21	2,31%	1,93%	1,94%	-0,44%	1,11%	0,98%	-0,63%
mai/21	5,98%	6,16%	6,16%	-0,45%	1,48%	-2,01%	-1,71%
jun/21	0,81%	0,46%	0,46%	-8,23%	1,18%	-4,61%	-2,82%
1S2021	6,58%	6,51%	6,55%	10,72%	8,00%	9,16%	9,58%

Fonte: Quantum

Analisando os resultados fundos condominiais, verificamos que a maioria performou acima do seu *benchmark*. Percebemos, nesse semestre, a inclusão de um novo fundo nessa categoria, o fundo Moat Capital com *benchmark* CDI. O acompanhamento da *performance* é feito mensalmente, com visão de investimento de longo prazo.

2.3.2. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos

GESTOR	BNYM	BENCH	WESTERN ASSET	BENCH	SANTANDER	WESTERN ASSET	BENCH	FRANKLIN	BENCH
FUNDO	HP ALM	IPCA + 4,5%	FUNDO SC III	97% IMA-S + 3% IMA-B	FUNDO CMA I	FUNDO CMA III	IMA-S + 1,5%	FUNDO AÇÕES II	IBrX-100
jan/21	1,24%	0,62%	-0,37%	0,19%	-0,89%	-0,32%	0,35%	-2,83%	-3,03%
fev/21	0,72%	1,23%	-0,61%	0,00%	-0,60%	-0,44%	0,18%	-2,66%	-3,45%
mar/21	1,59%	1,30%	-0,14%	0,15%	0,00%	-0,04%	0,30%	6,00%	6,04%
abr/21	0,96%	0,83%	0,52%	0,09%	0,61%	0,38%	0,20%	2,80%	2,84%
mai/21	1,00%	1,20%	0,39%	0,37%	0,44%	0,32%	0,47%	6,00%	5,92%
jun/21	1,21%	0,90%	0,32%	0,35%	-0,02%	0,31%	0,48%	0,62%	0,63%
1S2021	6,91%	6,23%	0,10%	1,15%	-0,47%	0,21%	2,00%	9,93%	8,82%

Fonte: Quantum

Com relação aos fundos exclusivos, podemos observar que o gestor Western Asset, no fundo CM III apresentou retorno superior ao seu respectivo *benchmark*, assim como a carteira HP ALM. Em relação aos fundos CMA I gerido pelo Santander e SC III gerido pela Western ambos ficaram acima do *benchmark*. O gestor Franklin Templeton no fundo de Ações II, renda variável, superou seu *benchmark*.

2.3.3. Rentabilidade das cotas por perfil e por plano

Plano HP

PERFIL	HP									
	ALM	IGP-DI + 4,50% a.a.	Super Cons.	IPCA + 4,00% a.a.	Conservador	IPCA + 4,79% a.a.	Moderado	IPCA + 5,09% a.a.	Agressivo	IPCA + 5,71% a.a.
jan/21	1,21%	3,29%	-0,38%	0,58%	-0,84%	0,64%	-0,68%	0,67%	-0,90%	0,71%
fev/21	0,69%	3,09%	-0,63%	1,19%	-0,45%	1,25%	-0,15%	1,28%	-0,07%	1,33%
mar/21	1,56%	2,55%	-0,11%	1,26%	0,85%	1,32%	1,30%	1,35%	1,51%	1,40%
abr/21	0,93%	2,60%	0,50%	0,79%	0,75%	0,85%	1,04%	0,88%	1,44%	0,93%
mai/21	0,97%	3,78%	0,38%	1,16%	0,91%	1,22%	1,00%	1,25%	1,24%	1,30%
jun/21	1,17%	0,48%	0,30%	0,86%	0,29%	0,92%	0,15%	0,95%	0,05%	1,00%
1S2021	6,71%	16,81%	0,06%	5,98%	1,50%	6,38%	2,66%	6,53%	3,29%	6,85%

Fonte: Sistema Previdencial da Entidade - TRUST

Plano DXC

PERFIL	DXC							
	Super Cons.	IPCA + 4,00% a.a.	Conservador	IPCA + 4,79% a.a.	Moderado	IPCA + 5,09% a.a.	Agressivo	IPCA + 5,71% a.a.
jan/21	-0,39%	0,58%	-0,83%	0,64%	-0,68%	0,67%	-0,90%	0,71%
fev/21	-0,62%	1,19%	-0,44%	1,25%	-0,15%	1,28%	-0,08%	1,33%
mar/21	-0,11%	1,26%	0,86%	1,32%	1,30%	1,35%	1,50%	1,40%
abr/21	0,50%	0,79%	0,75%	0,85%	1,03%	0,88%	1,41%	0,93%
mai/21	0,38%	1,16%	0,91%	1,22%	1,01%	1,25%	1,25%	1,30%
jun/21	0,30%	0,86%	0,29%	0,92%	0,15%	0,95%	0,04%	1,00%
1S2021	0,06%	5,98%	1,53%	6,38%	2,67%	6,53%	3,24%	6,85%

Fonte: Sistema Previdencial da Entidade - TRUST

Plano +Valor

PERFIL	+Valor	IPCA + 4,53% a.a
jan/21	-0,71%	1,23%
fev/21	-0,64%	1,30%
mar/21	0,71%	0,83%
abr/21	0,80%	1,20%
mai/21	0,84%	0,90%
jun/21	0,15%	1,33%
1S2021	1,15%	8,33%

Fonte: Sistema Previdencial da Entidade - TRUST

Em relação aos perfis de investimentos oferecidos pela Entidade, notamos que todos eles ficaram abaixo de suas metas ao final do primeiro semestre.

2.4. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Investimentos** estão relatados os principais pontos do processo de investimento e dos ativos: sua composição, seus limites, seus riscos. O que aqui não está objetivamente descrito foi analisado nos documentos que fazem parte integrante deste relatório. Destaque para concentração nas aplicações de menor risco, prefixadas, títulos públicos que facilitam a gestão dos negócios.

Desta forma, com base nas informações analisadas, este Conselho conclui que a gestão dos recursos garantidores está enquadrada e aderente à legislação vigente e as Políticas de Investimentos, além disso, ficou evidenciado que a Diretoria Executiva monitora e acompanha seus resultados.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre de 2021.

Contudo, este Conselho Fiscal manterá sua atenção e monitorará, no segundo semestre, o seguinte ponto:

M2.2.3>1/1S2021 – Alocação em ativos de alto risco de crédito nos planos de benefícios e PGA por meio do fundo de investimentos AZ Quest Luce Master.

3. ATUARIAL

3.1. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da Entidade é composto por duas variáveis, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. Este Conselho Fiscal verificou no balancete de junho de 2021 o patrimônio social e o patrimônio de cobertura da Entidade, em comparação com o balancete de dezembro de 2020.

PATRIMÔNIO SOCIAL - VALUE PREV			
Conta	Posição 2S2020	Posição 1S2021	Variação
	R\$	R\$	%
Patrimônio social	1.430.220.304	1.445.230.629	1%
Fundos	14.013.924	14.780.302	5%
Previdenciais	9.922.361	11.132.877	12%
Administrativos	4.091.563	3.647.425	-11%
Investimentos	-	-	-
Patrimônio de cobertura do Plano	1.416.206.380	1.430.450.327	1%

Fonte: Balancete Consolidado - 2020 e 06.2021 - Value Prev

Comparando os valores do patrimônio social do primeiro semestre de 2021 em relação ao segundo semestre de 2020 percebemos um crescimento de 1%.

3.1.1. Evolução do Patrimônio Social

A evolução apresentada pelo Patrimônio Social da Entidade, no primeiro semestre de 2021, foi de aproximadamente 1%, equivalente a cerca de 15 milhões.

Assim, em junho de 2021 o Patrimônio Social apresentava cerca de R\$ 1.445 milhões.

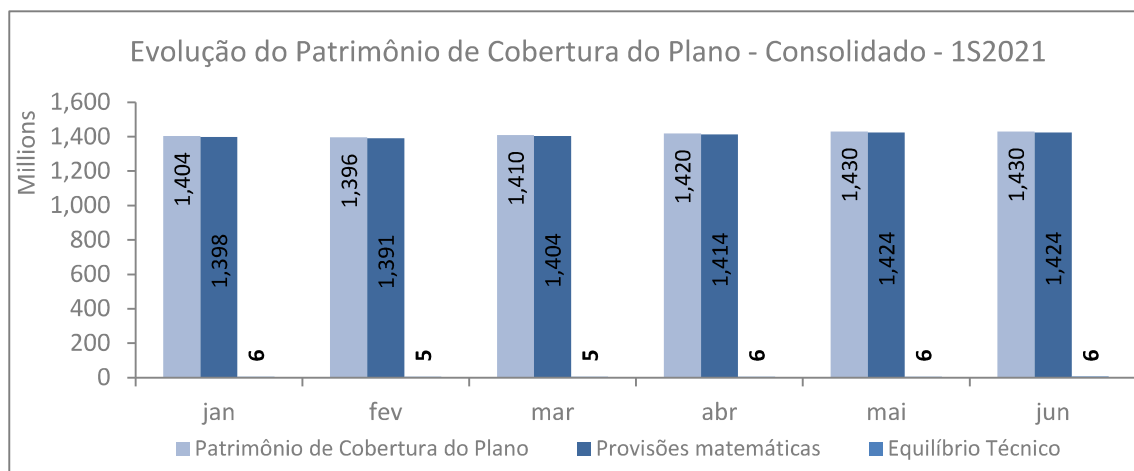


Fonte: Balancete Consolidado - mensal - 1S2021 - Value Prev

3.1.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura do Plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico. As Provisões Matemáticas são os compromissos da Entidade em relação aos seus participantes, o que corresponde à soma de benefícios concedidos e a

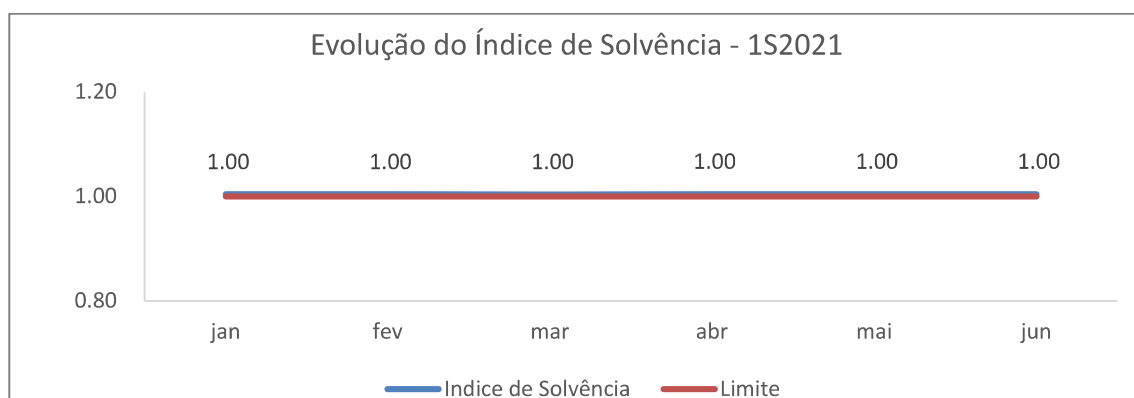
conceder. Já o Equilíbrio Técnico demonstra os resultados realizados, ou seja, superávit/déficit técnico acumulado.



Fonte: Balancete Consolidado - mensal - 1S2021 - Value Prev

3.1.3. Solvência

A Solvência de um plano é definida pelo patrimônio de cobertura do plano dividido pelas provisões matemáticas, que representa a capacidade que os recursos do plano têm de fazer frente às provisões matemáticas e gerar um excedente (superávit) ou apresentar carência de valores para sua cobertura (déficit). O acompanhamento da solvência é de fundamental relevância para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pelos planos de benefícios definidos, e estabelecer correções de rotas, sejam através de revisão nas contribuições, revisão na Política de Investimentos ou revisão da aderência das hipóteses atuariais.



Fonte: Balancete Consolidado - mensal - 1S2021 - Value Prev

De acordo com as informações apuradas por meio dos balancetes consolidados, durante o primeiro semestre de 2021, os planos administrados pela Entidade encontram-se solventes e equilibrados no que diz respeito aos seus compromissos junto aos seus participantes.

Conforme gráfico acima, os índices de solvência estão sempre igual a 1,00 o que quer dizer que existem valores para cobertura dos compromissos do plano suficientes para cobrir as provisões matemáticas.

3.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

3.2.1. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

No quadro a seguir estão apresentadas as principais hipóteses adotadas na avaliação atuarial de encerramento de 2020, para os planos de benefícios HP e DXC, segundo o Relatório de Avaliação Atuarial elaborado pela consultoria atuarial Mirador, bem como comparativo com as hipóteses adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior. Cabe notar que não há alteração de nenhuma premissa adotada na Avaliação Atuarial em relação àquelas adotadas no encerramento do exercício de 2019.

Premissa	2019	2020
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros	4,50%	4,50%
Fator de Capacidade dos Salários	98%	98%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98%	98%
Taxa de Crescimento Real Salarial	5,49%	5,49%
Taxa de Crescimento Real de Benefícios	N/A	N/A
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT2000 (Suavizada 10%) por sexo	AT2000 (Suavizada 10%) por sexo
Entrada em Invalidez	RRB-1944 Mod segregada por sexo	RRB-1944 Mod segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	N/A	N/A
Demográficas		
Rotatividade (Turnover)	Exp. Willis Towers Watson Mod.	Exp. Willis Towers Watson Mod.
Probabilidade de opção pelos institutos na data de desligamento	BPD: 15%	BPD: 15%
	Portabilidade: 16%	Portabilidade: 16%
	Resgate: 59%	Resgate: 59%
	Autopatrocínio: 10%	Autopatrocínio: 10%
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: N/A.	Benefícios a conceder: N/A.
	Benefícios Concedidos: família real.	Benefícios Concedidos: família real.

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2020 - 0287, 0288 e 0289/2021 - Mirador

3.2.2. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento

Todos os benefícios oferecidos pelo plano são estruturados no regime financeiro de Capitalização, ou seja, com a capitalização de recursos patrimoniais para cobertura das obrigações futuras do plano, com a adoção do método de financiamento (também conhecido como método atuarial) de Crédito Unitário Projetado para o benefício mínimo e capitalização financeira para os demais benefícios.

O quadro abaixo apresenta os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial de 2020, dos planos de benefícios HP e DXC, por benefício.

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Mínimo	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Abono Anual	Capitalização	Crédito Unitário Projetado

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2020 - 0287, 0288 e 0289/2021 - Mirador

3.2.3. Equilíbrio Técnico

Plano HP

No encerramento do exercício de 2020, o Grupo HPE apresentava um superávit técnico acumulado de R\$ 5.396.436,42, equivalente a 16,62% das suas Provisões Matemáticas da modalidade de Benefício Definido. Enquanto, a patrocinadora Micro Focus, um déficit técnico acumulado de R\$ 1.097,74, equivalente a 69,75% das suas Provisões Matemáticas da modalidade de Benefício Definido. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 18,43% das Provisões Matemáticas do plano de benefícios, equivalente a R\$ 5.985.253,30, sendo desta forma, a integralidade do superávit alocado em Reserva de Contingência.

Plano DXC

No encerramento do exercício de 2020, o plano de benefício DXC apresentava um superávit técnico acumulado de R\$ 102.632,35, equivalente a 70,01% das suas Provisões Matemáticas da modalidade de Benefício Definido.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 20,40% das Provisões Matemáticas do plano de benefícios, equivalente a R\$ 29.905,47, sendo desta forma, necessária a constituição da Reserva Especial no valor de R\$ 72.726,88, não sendo, porém, obrigatória a realização de destinação de superávit durante o exercício de 2021.

3.2.4. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para 2021 tem início de vigência a partir de 01/01/2020 e é abaixo descrito.

Custeio Previdenciário

- Contribuições básicas (participantes ativos): corresponderá ao resultado obtido com a aplicação do percentual de entre 0% (zero por cento) e 6% (seis por cento), escolhido pelo Participante, aplicado sobre a parcela do Salário de Contribuição mensal que exceder a 15 (quinze) Unidades de Referência HP, no caso do plano de benefícios HP e Unidades de Referência DXC, no caso do plano de benefícios DXC.
- Contribuições suplementares (participantes ativos): corresponderá a um percentual livremente escolhido pelo Participante aplicado sobre o Salário de Contribuição, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do Salário de Contribuição, para ambos os planos de benefícios.
- Contribuições voluntárias (participantes ativos): corresponderá a uma contribuição opcional e de valor, frequência e prazo de realização livremente definidos pelo Participante, para ambos os planos de benefícios.
- Contribuições normais (patrocinadora): corresponderá ao resultado obtido com a aplicação do mesmo percentual escolhido pelo Participante para a sua Contribuição Básica, aplicado sobre a parcela do Salário de Contribuição mensal que exceder a 15 (quinze) Unidades de Referência HP, no caso do plano de benefícios HP e Unidades de Referência DXC, no caso do plano de benefícios DXC.
- Contribuições destinadas para a cobertura do Benefício Mínimo: corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, definido atuarialmente, sobre o somatório do Salário de Contribuição de todos os seus empregados, Participantes do Plano de Benefícios HP e do Plano de Benefícios DXC.

A seguir são apresentados os valores e percentuais das contribuições calculados pela avaliação atuarial do encerramento de 2020, para serem adotados no plano de custeio para o exercício de 2021.

	Grupo HPE		DXC		Micro Focus	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$
Contribuição da Patrocinadora	1,89%	4.147.818	2,47%	3.596.687	2,58%	350.750
- Normal	1,89%	4.136.005	2,46%	3.584.367	2,57%	349.586
- Benefício Mínimo	0,005%	11.813	0,008%	12.320	0,009%	1.164
Contribuição da Participante	4,07%	8.918.227	3,73%	5.436.796	4,04%	548.274
- Básica	2,629%	5.763.405	2,71%	3.946.800	3,38%	458.875
- Suplementar	1,439%	3.154.822	1,02%	1.489.955	0,66%	89.399
Total	5,96%	13.066.045	6,20%	9.033.483	6,62%	899.024
Folha anual (em reais)	219.253.370		145.621.399		13.583.759	

Fonte: Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2020 - 0287, 0288 e 0289/2021 - Mirador

Custeio Administrativo

- As despesas administrativas serão custeadas pelo retorno dos investimentos, conforme informado pela Value Prev, para ambos os planos de benefícios.

3.2.5. Destinação de Superávit

Após o decurso de três exercícios consecutivos de constituição de Reserva Especial no plano de benefícios HP, conforme apresentado no parecer atuarial do encerramento do exercício de 2017, foi constituído em 31/12/2017 o Fundo de Revisão de Plano, no valor de R\$ 8.865.943,50. A obrigatoriedade de revisão de plano de benefícios em decorrência da observância de resultados superavitários perenes encontra-se prevista no art. 20 da Lei Complementar nº 109/2001, que determina, em seu § 2º, que “a não utilização da Reserva Especial por três exercícios consecutivos determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios da entidade”.

Com o término da operação envolvendo o plano de benefícios (cisão), em 2020 foram elaborados estudos para distribuição do superávit, em conformidade com o disposto na legislação vigente, com destaque para a Resolução CNPC nº 30/2018 e a Instrução Previc nº 10/2018.

Porém, em decorrência de identificação de situação a qual a administração da Value Prev, conforme decisão aprovada por seu Conselho Deliberativo, entende ser importante a realização de consulta específica à Previc relativa à interpretação e aplicação da Resolução CNPC nº 30/2018, especificamente no que concerne ao tratamento dos valores a serem distribuídos a grupo de assistidos oriundo de plano de benefícios não-contributivo (ie. em que a patrocinadora se responsabilizava pela cobertura de todos os encargos do plano), o plano de distribuição do superávit ainda se encontra pendente de aprovação, devendo o

ser assim que realizada a consulta à Previc e obtido posicionamento desse órgão de supervisão e fiscalização

3.3. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Atuarial** estão relatados a evolução do patrimônio de cobertura do plano, os resultados do plano, assim como os resultados da avaliação atuarial e plano de custeio válidas para o ano vigente, além de demais assuntos relevantes para o tema.

Os resultados apurados ao final do semestre são superavitários e os planos encontram-se solventes.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão do passivo está enquadrada e aderente à legislação vigente e aos perfis dos planos, além disso, ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre de 2021.

Contudo, este Conselho Fiscal manterá sua atenção e monitorará o ponto elaborado no RMCF1S2020, relacionado a recomendação efetuada pelo atuário sobre a necessidade de alteração do Regulamento do plano de benefícios HP.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores apresentados neste item foram obtidos do orçamento geral para o ano de 2021 e dos balancetes consolidados do primeiro semestre.

4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS ORÇADOS VERSUS REALIZADOS

Analisando os componentes do resultado de forma mais detalhada, pode-se observar que as adições e deduções foram maiores que as estimadas, resultando em um saldo negativo. As despesas administrativas também fecharam o semestre acima do orçado.

Importante ressaltar que as análises aqui apresentadas se referem ao primeiro semestre, ou seja, não podendo ser considerados como estimativa ou tendência para o exercício, haja vista que algumas despesas ocorrem de forma contínua ou mensalmente, enquanto outras de forma pontual em apenas um dos semestres.

Os acompanhamentos do orçamento são feitos mensalmente com reportes aos Conselhos Deliberativo e Fiscal em suas reuniões ordinárias.

4.1.1. Gestão Previdencial

GESTÃO PREVIDENCIAL	1S2021		
	Orçado	Realizado	Varição
ADIÇÕES PREVIDENCIAIS	14.685.966	62.982.027	329%
DEDUÇÕES PREVIDENCIAIS	35.542.377	74.820.143	111%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

No acompanhamento orçamentário da gestão previdencial percebemos tanto as adições como as deduções fecharam o semestre acima de seus valores orçados. Segundo a Entidade o aumento das adições é devido a transferência entre planos, muitos participantes desligados optaram em portar os recursos para o plano +Valor, e com essa transferência aumentou também o fluxo das deduções previdenciais.

4.1.2. Gestão Administrativa

GESTÃO ADMINISTRATIVA	1S2021		
	Orçado	Realizado	Varição
ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	2.568.556	2.784.577	8%
PESSOAL E ENCARGOS	1.554.259	1.566.480	1%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	45.000	10.401	-77%
VIAGENS E ESTADIAS	3.000	-	-100%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	672.779	905.943	35%
DESPESAS GERAIS	144.636	128.504	-11%
TRIBUTOS	148.883	173.249	16%

Fonte: Acompanhamento Orçamento - Value Prev

Em relação às despesas administrativas houve uma extrapolação do total realizado de 8% em relação ao total orçado para o semestre. De acordo com as justificativas da Entidade as despesas ficaram acima devido a alguns fatores principais, como: aumento de serviços com consultoria jurídica e com serviços de sistemas (TRUST).

4.2. INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão devem possibilitar a avaliação da relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos, permitindo a Entidade realizar ajustes no decorrer do ano e ainda evitar gastos desnecessários ou excessivos. Além disso, a Entidade deve também monitorar e acompanhar o limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa, conforme determina a Resolução CGPC nº 29/2009.

Os indicadores foram aprovados pelo Conselho Deliberativo por ocasião da elaboração do orçamento da Entidade, em 12/2020 e acompanhados mensalmente pela Entidade.

Ao final primeiro semestre de 2021 os indicadores de gestão apresentaram os seguintes resultados.

INDICADORES - RESOLUÇÃO CGPC Nº 29/09	ACUMULADO 1S2021	LIMITE
1- TAXA ADMINISTRATIVA	0,16%	1,00%
2- TAXA DE CARREGAMENTO	5,67%	9,00%

Fonte: Indicadores de Gestão 2021 - Value Prev

Os indicadores relacionados à Resolução CGPC nº 29/2009 ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela legislação. Atualmente a Entidade não cobra taxa de carregamento, se tratando apenas de um indicador e acompanhamento previsto na legislação e a taxa administrativa é descontada da rentabilidade da cota.

INDICADORES DE GESTÃO	ACUMULADO /ANO 2021	META CONSELHO em Ata Realizada em 12.2020	VARIAÇÃO ACUMULADO 2021 X META CONSELHO 12.2020
1- DESPESAS ADM / ATIVO	0,19%	0,33%	-42%
2- DESPESAS ADM / FLUXO PREVIDENCIAL	2,29%	7,66%	-70%
3- DESPESAS ADM / CONTRIBUIÇÕES	4,42%	17,13%	-74%
4- CUSTO MÉDIO / PARTICIPANTE	861,03	827,46	4%
5- DESPESAS ADM / RECURSOS GARANTIDORES	0,19%	0,33%	-41%

Fonte: Indicadores de Gestão 2021 - Value Prev

Quando analisamos os resultados dos indicadores de gestão definidos pela Entidade para no fechamento do primeiro semestre, notamos que o indicador de custo médio por participante fechou acima da meta estabelecida.

Importante ressaltar que, assim como o orçamento, as metas dos indicadores de gestão são estabelecidas para o período de um ano, portanto o resultado aqui apresentado trata-se apenas uma prévia dos resultados do ano, sendo melhor analisados ao final do segundo semestre.

4.3. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Execução Orçamentária** estão descritos os resultados realizados, seus principais desvios e suas justificativas, assim como as análises dos indicadores de gestão e enquadramento dos limites de transferência do PGA.

A realização dos eventos, por vezes, ocorre em cenário diferente da situação analisada à época do orçamento. Fica sempre a preocupação de procurar ficar o mais próximo das variações futuras. Importante destacar o acompanhamento mensal pelos órgãos de governança.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão orçamentária está aderente ao previsto, e ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

Não são necessárias recomendações, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre de 2021.

5. GESTÃO DA ENTIDADE

5.1. ESTRUTURA DA ENTIDADE

Ao final do primeiro semestre de 2021 a Entidade apresentava a seguinte estrutura.

Órgão Estatutário	Nome	Cargo	Mandato	
Conselho Fiscal	Mauricio Becker	Presidente	06/04/2021	05/04/2024
	Daniel Meira Cardoso Duva	Efetivo	06/04/2021	05/04/2024
	Honório Ryozyo Yano	Efetivo	06/04/2021	05/04/2024
	Adriano Fernandes da Silva	Suplente	06/04/2021	05/04/2024
	Rodrigo Mancini Astray	Suplente	06/04/2021	05/04/2024
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	Presidente	06/04/2021	05/04/2024
	Miguel Prada Galvão	Vice-presidente	06/04/2021	05/04/2024
	Marli Aparecida Fioravante Machado	Efetivo	06/04/2021	05/04/2024
	Ivo Romani	Suplente	06/04/2021	05/04/2024
	Raphael Gandolfo Costa	Suplente	06/04/2021	05/04/2024
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	Diretor Superintendente	06/04/2021	05/04/2024
	Abdiel Melo Silva	Diretor	06/04/2021	05/04/2024
	Deborah Gattai Anderaos Felfim	Diretor	06/04/2021	05/04/2024
	João Carlos Ferreira	Diretor AETQ e ARPB	06/04/2021	05/04/2024

Fonte: Relatório de Dirigentes 1S2021 - Site PREVIC / Controle Certificação - Value Prev

5.2. CERTIFICAÇÕES

A Resolução CNPC nº 39 de 30/03/2021, passou a definir todas as diretrizes para os processos de certificação, de habilitação e de qualificação de seus dirigentes e demais profissionais diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos das EFPCs.

Dentre as principais diretrizes estabelecidas pela Resolução, está a exigência de certificação para o exercício dos cargos e funções dos membros da diretoria-executiva, do conselho fiscal, do conselho deliberativo, dos comitês de assessoramento, que atuem na avaliação e aprovação de investimentos, e demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

Exige-se, que a maioria, no caso das entidades não classificadas como ESI, dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e todos os membros da diretoria executiva, estejam certificados no prazo de um ano, quando se tratar do primeiro mandato, a contar de sua posse, com exceção do AETQ e demais empregados, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos. Contudo, o prazo de um ano, de que trata o § 1º do artigo 5º desta Resolução, somente pode ser concedido ao dirigente uma única vez para o mesmo mandato, incluída a recondução. E ainda a certificação específica

para profissionais de investimento para: o AETQ; e demais dirigentes e profissionais da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

Verifica-se na Resolução a não exigibilidade da emissão de atestado de habilitação para os membros dos conselhos fiscal e deliberativo das EFPCs que não sejam classificadas como ESI, como é o caso do Entidade.

Ao final do primeiro semestre, a Entidade apresentava a seguinte situação com relação a certificação dos membros dos órgãos estatutários.

Órgão Estatutário	Nome	Mandato Início	Habilitação	Certificação	Tipo	Validade do Certificado
Conselho Fiscal	Mauricio Becker	06/04/2021	n/a	em andamento	-	-
	Daniel Meira Cardoso Duva	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	16/10/2022
	Honório Ryoza Yano	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	14/09/2023
	Adriano Fernandes da Silva	06/04/2021	n/a	não	-	-
	Rodrigo Mancini Astray	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	14/10/2022
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	10/08/2021
	Miguel Prada Galvão	06/04/2021	n/a	sim	ICSS-ADM	31/10/2022
	Marli Aparecida Fioravante Machado	06/04/2021	n/a	em andamento	-	-
	Ivo Romani	06/04/2021	n/a	não	-	-
	Raphael Gandolfo Costa	06/04/2021	n/a	em andamento	-	-
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	06/04/2021	sim	sim	ICSS-ADM	04/03/2024
	Abdiel Melo Silva	06/04/2021	sim	sim	ICSS-ADM	29/03/2024
	Deborah Gattai Anderaos Delfim	06/04/2021	sim	sim	ICSS-ADM	22/09/2022
	João Carlos Ferreira	06/04/2021	sim	sim	ICSS - INV	22/09/2022
Colaboradores vinculados ao processo de Investimentos	Marcia Castro Oliveira	-	n/a	sim	ICSS - INV	13/12/2023

Fonte: Relatório de Dirigentes 1S2021 - Site PREVIC / Controle Certificação - Value Prev

No encerramento do primeiro semestre identificamos que a maioria dos membros do Conselho do Fiscal estavam certificados e um deles em processo de certificação. Na Diretoria Executiva, todos os membros encontravam-se certificados e habilitados. Desta forma, tanto o Conselho Fiscal quanto a Diretoria Executiva enceraram o semestre em conformidade com a legislação.

Em relação ao Conselho Deliberativo, apenas dois membros encontravam-se certificados e dois permaneceram em andamento. Segundo Resolução CNPC nº 39/2021 o prazo de um ano para certificação só será válido para novos conselheiros, ou seja, no primeiro

mandato. Sendo assim, ao final do semestre, a Entidade se encontrava em desconformidade com a legislação.

Além disso, de acordo com a Resolução CNPC nº 39 de 03/2021, em seu art. 5º parágrafo 4º, exige que o AETQ, demais dirigentes e profissionais da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos devem possuir certificação específica para profissionais de investimento. Com base nas informações apresentadas anteriormente constatamos que o AETQ e demais colaboradores vinculados ao processo de investimentos possuem certificação específica em investimentos.

5.2.1. Qualificação

A Resolução CNPC nº 39 de 30/03/2021, define em seu art. 8 que o relatório de controles internos emitido pelo conselho fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Sendo assim, apresentamos a seguir o quadro com o acompanhamento da qualificação, ou seja, pontuação, obtida pelos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal até o final do primeiro semestre.

Órgão Estatutário	Nome	Certificação	Tipo	Data da Certificação	Validade do Certificado	Pontuação Acumulada	Pontuação faltante ou excedente
						Posição 1S2021	Posição 1S2021
Conselho Fiscal	Daniel Meira Cardoso Duva	sim	ICSS-ADM	16/10/2019	16/10/2022	85	45
	Honório Ryoza Yano	sim	ICSS-ADM	14/09/2020	14/09/2023	36	18
	Rodrigo Mancini Astray	sim	ICSS-ADM	14/10/2019	14/10/2022	60	20
Conselho Deliberativo	Alberto Hiroshi Okawa	sim	ICSS-ADM	10/08/2018	10/08/2021	101,6	32
	Miguel Prada Galvão	sim	ICSS-ADM	31/10/2019	31/10/2022	78	38
Diretoria Executiva	Clodoaldo Rodrigues Albuquerque	sim	ICSS-ADM	04/03/2021	04/03/2024	12	6
	Abdiel Melo Silva	sim	ICSS-ADM	29/03/2021	29/03/2024	0	-6
	Deborah Gattai Anderaos Delfim	sim	ICSS-ADM	22/09/2019	22/09/2022	28	-14
	João Carlos Ferreira	sim	ICSS - INV	22/09/2019	22/09/2022	196	148
Colaboradores vinculados ao processo de Investimentos	Marcia Castro Oliveira	sim	ICSS - INV	13/12/2020	13/12/2023	16	4

Fonte: Controle Certificação - Value Prev

Nota 1: Para a recertificação o ICSS exige o mínimo de 72 pontos, integralizados no período de três anos. O não cumprimento da totalidade de pontos exigida acarretará a impossibilidade de renovação da certificação por meio do PEC - Programa de Educação Continuada, de modo que o profissional interessado em se manter certificado pelo ICSS, terá que dar entrada em um novo processo de certificação. Neste período de três anos, deve ser integralizado o mínimo de 24 pontos a cada período de um ano, a partir da data da concessão da Certificação.

Nota 2: O cálculo da pontuação excedente ou faltante foi realizado levando em consideração o período decorrido em relação a data de certificação e o final do semestre em análise, com mínimo de 24 pontos por ano.

Com base nos dados apresentados, notamos que dos nove membros certificados sete fecharam o primeiro semestre com pontuação acima da mínima para o período decorrido de cada membro. Sendo que, quatro deles (Daniel Meira Cardoso Duva - CF, Alberto Hiroshi Okawa - CD, Miguel Prada Galvão - CD e João Carlos Ferreira - DE) já haviam alcançado o mínimo necessário de 72 pontos para a recertificação.

Um dos membros (Clodoaldo Rodrigues Albuquerque - DE) estava dentro do indicado para o período, pois tem até março de 2022 para atingir no mínimo 24 pontos. No caso do membro Abdiel Melo Silva - DE, embora esteja abaixo do mínimo para o período, ele tem até março de 2022 para atingir no mínimo 24 pontos. No caso da diretora Deborah Gattai Anderaos Delfim - DE, ela tem até setembro de 2022 para alcançar 44 pontos e assim completar o mínimo de pontos requerido.

Além dos membros dos órgãos estatutários temos os colaboradores vinculados ao processo de investimentos e nesse caso a colaboradora a Marcia Castro Oliveira, que apresentava pontuação acima da mínima requerida para o período de análise.

5.3. GOVERNANÇA

A Resolução CGPC nº 13/2004, trouxe para o âmbito das EFPCs princípios, recomendações e obrigações para a prática de governança corporativa, que agregam valor ao resultado e convergem para adoção de um comportamento ético.

Cabe a Entidade adotar gestão de riscos e controles internos e princípios, regras e práticas de governança (relações entre órgãos estatutários da EFPC com participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores, fornecedores de produtos e serviços, autoridades e outras partes interessadas) adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes ao plano de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Com o objetivo de assegurar aos participantes equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país, nós do Conselho Fiscal juntamente com o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva participamos da apresentação, análise e discussão das demonstrações contábeis e dos pareceres da auditoria, reavaliação atuarial além das notas explicativas, gestão de recursos e dos passivos, aprovados e registrados em atas e mantidos à disposição para consulta na Entidade.

5.4. AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Os trabalhos de definição conceitual, identificação e avaliação de riscos e controles foram implementados e, por consequência, apresentadas as matrizes de riscos da Entidade.

Está instituído o processo de gestão de riscos e controles internos com geração Matriz de Riscos e Controles em sistema que facilita a atualização e o acompanhamento da implementação dos planos, com avaliações bianuais.

Em novembro/2020 foi encerrado o 5º Ciclo de Avaliação dos Riscos e Controles Internos da Entidade, e com base nos resultados do 5º Ciclo de Avaliação foram recomendados os seguintes controles:

- práticas de relacionamento com os fornecedores e terceiros,
- práticas de tecnologia da informação; e
- instruções escritas de gestão de pessoas.

Além disso, recomendou-se, também, que seja avaliado pela Entidade a viabilidade de formalização do controle de “Política de prevenção e combate à fraude”, que apresentou 100% de déficit.

Segundo a Entidade a implementação dos controles recomendados no 5º Ciclo de Autoavaliação será realizada até o final do segundo semestre de 2021.

5.5. COMPLIANCE

A Diretoria Executiva da Entidade nos informou que neste semestre todas as obrigações legais foram cumpridas no prazo estabelecido pela legislação.

5.6. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Gestão da Entidade** estão destacadas as estruturas de gestão que dão ênfase e disseminam o ambiente e a cultura organizacional, contribuindo para uma gestão alicerçada em valores e práticas que evitem a realização dos riscos e contribuam para que os objetivos sejam atingidos.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão da Entidade e seu o ambiente de controle estão adequados ao seu porte e complexidade, contudo existem pontos que devem ser ajustados para que estejam a aderentes à legislação vigente.

O Conselho Fiscal, ressalta a importância da certificação e do processo contínuo de qualificação, dos dirigentes da Entidade, para que todos estejam sempre aptos para exercer seus papéis e responsabilidades para quais foram designados.

A recomendação efetuada no RMCF-1S2019 e ratificada no RMCF-1S2020, referente a pendência de certificação de alguns dirigentes, se mantém pertinente e será reavaliada no próximo semestre.

Este Conselho Fiscal, também, manterá o ponto de atenção e monitoramento, do RMCF-2S2020, em relação a implementação das recomendações do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles Internos e avaliará seu andamento no próximo semestre.

6. RESUMO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL

O quadro a seguir apresenta o resumo dos resultados das análises efetuadas pelo Conselho Fiscal no primeiro semestre de 2021, emitidos por meio de seus comentários e recomendações neste relatório.

RESUMO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 1S2021 - VALUE PREV				
Item analisado no RMCF 1S2021	Resultado da Análise	Número	Descrição	Prazo
2.INVESTIMENTOS	Atenção e Monitoramento	M2.2.3>1/1S2021	O Conselho <u>manterá sua atenção</u> , em relação a alocação em ativos de alto risco de crédito nos planos de benefícios e PGA por meio do fundo de investimentos AZ Quest Luce Master	RMCF 2S2021
3.ATUARIAL	Sem Recomendações	-	Não foram necessárias recomendações ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item.	-
4.EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Sem Recomendações	-	Não foram necessárias recomendações ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item.	-
5.GESTÃO DA ENTIDADE	Sem Recomendações	-	Não foram necessárias recomendações ao Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva referente a este item. Contudo, estão mantidas a <u>recomendação</u> referente a pendência de certificação de alguns dirigente e o <u>ponto de atenção e monitoramento</u> referente a implementação das recomendações do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles Internos para avaliação no <u>próximo semestre</u> .	-

Fonte: RMCF 1S2021 - Value Prev

Os comentários e recomendações podem ser consultados na íntegra ao final de cada um dos itens deste relatório.

Neste item também serão acompanhados e monitorados os resultados das análises emitidos por meio dos comentários e recomendações do Conselho Fiscal em semestres anteriores, quando forem: atenção, monitoramento e recomendação.

➤ primeiro semestre de 2020

ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 1S2020 - VALUE PREV					
Item analisado no RMCF 1S2020	Resultado da Análise	Número da Recomendação	Descrição	Prazo	Status RMCF 1S2021
3.ATUARIAL	Atenção e Monitoramento	-	O Conselho <u>manterá sua atenção e monitorará</u> a recomendação efetuada pelo atuário sobre a necessidade de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios HP.	RMCF 1S2021	A alteração do regulamento do plano de benefícios HP, não foi realizada durante o 1S2021. Portanto, este ponto será reavaliado no <u>RMCF 2S2021</u> .
5.GESTÃO DA ENTIDADE	Sem Recomendações, mantida a recomendação do RMCF 2S2019	-	A <u>recomendação</u> efetuada no <u>RMCF1S2019</u> , "Certificar todos os Conselheiros (Fiscal e Deliberativo)", se <u>mantém pertinente para o semestre em análise</u> e será reavaliada no próximo semestre.	RMCF 1S2021	Esta recomendação ainda permanece pendente, para o Conselho Deliberativo e deverá ser reavaliada no <u>RMCF 2S2021</u> .

Fonte: RMCF 1S2020 - Value Prev

➤ segundo semestre de 2020

ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 2S2020 - VALUE PREV					
Item analisado no RMCF 2S2020	Resultado da Análise	Número da Recomendação	Descrição	Prazo	Status RMCF 1S2021
5.GESTÃO DA ENTIDADE	Atenção e Monitoramento	-	O Conselho <u>manterá sua atenção</u> , em relação implementação das recomendações do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles Internos e avaliará seu andamento no próximo semestre.	RMCF 1S2021	As recomendações serão tratadas no 2S2021.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.661/2018 e ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/04, o Conselho Fiscal averiguou as informações necessárias à sua elaboração e resumiu aqui seus principais pontos.

O presente relatório é encaminhado ao Conselho Deliberativo da Entidade para pronunciamento acerca das determinações e/ou recomendações ora efetuadas e ficará na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Barueri, 26 de outubro de 2021.

DocuSigned by:
Maurício Becker
E2CCEB7278284C3...

Maurício Becker
Presidente

DocuSigned by:
Daniel Meira Cardoso Duva
028GD6E32FEE4AD...

Daniel Meira Cardoso Duva
Conselheiro Efetivo

DocuSigned by:
Honório Ryozo Yano
CFF394C4011E441...

Honório Ryozo Yano
Conselheiro Efetivo

DocuSigned by:
Adriano Fernandes da Silva
0D2C251FE8DD422...

Adriano Fernandes da Silva
Conselheiro Fiscal Suplente

8. ANEXOS

I Documentos analisados/utilizados para elaboração do relatório

a. Investimentos

- ✓ Políticas de Investimentos dos planos de benefícios, do PGA e protocolos de envio à PREVIC - 2021
- ✓ Relatórios dos Demonstrativos de Investimentos dos planos de benefícios e do PGA - 1S2021
- ✓ Relatório Mensal // Risco // Performance - 1S2021
- ✓ Relatório Mensal // Gerencial // Performance - 1S2021
- ✓ Relatório de Enquadramento por Rating, mensal - 1S2021
- ✓ Relatório de Acompanhamento Risco de Crédito, mensal - 1S2021
- ✓ Carteira Total, mensal - 1S2021
- ✓ Enquadramento EFPC, mensal - 1S2021
- ✓ Rentabilidade dos fundos - 2021

b. Atuarial

- ✓ Regulamento vigente do Plano de Benefícios HP
- ✓ Demonstrativo Estatístico - DSI - 1S2021
- ✓ Parecer Atuarial dos planos de benefícios - 2020

c. Execução Orçamentária

- ✓ Orçamento geral para o exercício social de 2021
- ✓ Acompanhamento orçamentário - 1S2021
- ✓ Indicadores de Gestão - 2021
- ✓ Balancetes Analíticos dos planos de benefícios - 1S2021
- ✓ Balancetes Analíticos do PGA - 1S2021
- ✓ Balancetes Consolidados - 1S2021
- ✓ Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - RPGA

d. Gestão da Entidade

- ✓ Estatuto vigente da Entidade
- ✓ Atas do Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva, Conselho Fiscal - 1S2021
- ✓ Acompanhamento Certificação e habilitação - 1S2021
- ✓ Relatório Dirigentes - 1S2021.